O ENDEREÇO DA CULTURA PARA O CARIOCA JOANINO

Maria Renata da Cruz Duran[1]

Resumo: Procuramos apresentar o espaço em que se deu a formação da literatura nacional, assim como localizar, neste quadro, o *lugar social* da cultura no Rio de Janeiro do primeiro quartel do século XIX, dedicando-nos a mapear as transformações no âmbito da cultura, promovidas pelo encontro entre reinóis e habitantes da colônia, segundo uma análise do cotidiano e do lugar da cultura no Rio de Janeiro joanino.
Palavras-chave: literatura brasileira, sermonística, D. João VI.

Abstract: At this article I try to explain how the transference of Bragança´s House touch many aspects of brazilian culture, speciality a culture of Rio de Janeiro.
Key-word: brazilian literature, sermonistic, D. João VI

> Ora, se os brasileiros tem seu caráter nacional,
> também devem possuir uma literatura pátria.
> Santiago Nunes Ribeiro

As mudanças sofridas pelo Rio de Janeiro do primeiro quartel do século XIX incrementaram a formação de uma literatura brasileira que, a princípio, ainda era reconhecida como parte da literatura lusitana. Segundo Almeida Garret, a razão dessa denominação consistia em três pressupostos: 1) a língua os unia; 2) esta união era também eletiva e não obrigatória; 3) as diferenças estavam nos temas, imagens e referências (AMORA, 1918). Herdeira de uma *tradição ibérica*, a peculiaridade que fez da literatura produzida no Brasil uma literatura brasileira foi a busca por uma *cor local* e a definição de um estilo próprio de expressão. A criação de uma singularidade para essa literatura, produzida no Rio de Janeiro a partir de 1808, será o tema dos próximos parágrafos.

[1] Doutoranda em História social e da cultura pelo programa de pós-graduação em história da UNESP/ Franca, sob a orientação do prof. Jean Marcel Carvalho França. Este artigo é parte do texto que compõe a dissertação de mestrado da autora, defendida em 2005 pela mesma instituição, com o título: *Frei Francisco do Monte Alverne e a sermonística no Rio de Janeiro de D. João VI*. E-mail: mrcduran@bol.com.br

Para Antônio Cândido e Aderaldo Castello (1982), o denominado arcadismo,[2] preponderante na segunda metade do setecentos, havia contribuído para trazer ao Brasil um debate existente na Europa Ocidental. Naquele momento, a construção de uma nação passava também pela construção literária de um nacionalismo. Debate importado da Europa Ocidental, sobretudo da França, serviu o nacionalismo como tema para que as *belas letras* desenvolvessem suas primeiras idéias de Brasil. O processo de independência contribuiu nesse sentido,[3] mas, nas ruas do Rio de Janeiro, já ecoava um pensamento que se entendia como brasileiro desde 1808. Arte que deveria ser útil, as *belas letras* trataram de construir uma soma de qualidades que pudessem identificar no Brasil sua *brasilidade*. Para Gonçalves de Magalhães esta discussão teve como eixo a idéia de pátria:

> No século XIX com as mudanças e reformas políticas que tem o Brasil experimentado, uma nova face literária se apresenta. Uma só idéia absorve todos os pensamentos, uma nova idéia até ali desconhecida: é a idéia de Pátria; ela

[2] Os textos árcades possuíam conflito de paixões e motes diferentes, mas conseguiram certa uniformidade nos temas e formas. Voltado para um diálogo com o outro, o arcadismo propôs uma linguagem universal, entretanto, destinada às elites - neste sentido, as citações e referências serviam como uma amostra estilística ou um guia de leituras por meio do qual o beletrista se vinculava a uma corrente de pensamento. O estabelecimento por academias ou agremiações como a *Junta da Providência Literária*, criada por José Bonifácio em 1770, ou a *Academia dos Esquecidos*, fundada na Bahia em 1724, a *Academia dos Felizes*, fundada no Rio de Janeiro em 1736, a *Academia dos Seletos*, também do Rio desde 1752 e a *dos Renascidos*, Bahia, 1759. Como parâmetros para o entendimento do arcadismo brasileiro, que os críticos literários situam até 1836, costuma-se citar Tomás Antonio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa ou Basílio da Gama. Todavia as condições que lhes forneceram temas, entre elas o ciclo do ouro em Minas Gerais, não compõe um quadro uniforme se comparados com a realidade vivida no Rio de Janeiro a partir de 1808. De qualquer maneira, o arcadismo nos importa como uma das expressões que o movimento de ilustração teve no Brasil.

[3] "A Independência importa de maneira decisiva no desenvolvimento da idéia romântica, para a qual contribuiu pelo menos com três elementos que se podem considerar como redefinição de posições análogas do Arcadismo: (a) o desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, agora reputados em 1º plano, como o orgulho patriótico, extensão do antigo nativismo; (b) desejo de criar uma literatura independente, diversa, não apenas uma literatura, de vez que, aparecendo o classicismo como manifestação do passado colonial, o nacionalismo literário e a busca de modelos novos, nem clássicos nem portugueses, davam um sentimento de libertação relativamente à mãe-pátria; finalmente (c) a noção já referida de atividade intelectual não mais apenas como prova de valor do brasileiro e esclarecimento do mental do país, mas tarefa patriótica na construção nacional" (CANDIDO, 1969, p. 11).

> domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome (MAGALHÃES, 1836, p. 156).

As *belas letras* deste período possuíam uma missão coletiva, pois, como Teófilo Braga, autor de *Teoria da história da literatura portuguesa*, publicado em 1896, acreditava-se que:

> Quanto mais profundo for o sentimento de PÁTRIA, mais intensa é a consciência da NACIONALIDADE, para resistir aos acidentes das idades. É esta relação afetiva que faz com que a arte e a literatura sejam a estampa do caráter nacional (BRAGA, 1896, p. 161).

Cabia aos *beletristas* disseminar esse sentimento de pátria por meio de uma literatura informativa, pedagógica mesmo. As informações contidas nessa literatura serviriam para educar a população que tinha pouco acesso ao saber,[4] além de criar uma literatura que era "prova do valor brasileiro, tratava-se de sustentar uma tarefa patriótica de construção nacional, que havia adquirido categoria estética"[5] e referências próprias, pois, como afirmou Lopes Gama, em 1846, nas suas Lições de Eloqüência Nacional:

> Enquanto uma língua é escrava da autoridade, não se pode esperar que engrosse muito seus tesouros. Que progresso, que perfeição, que riqueza poderia ter uma língua, que nunca discrepasse nem um ápice das autoridades de um ou outro século? Os escritores de primeira ordem, esses engenhos raros, que aparecem de século em século, são os que ampliam os apertados limites da analogia, e como legisladores se elevam acima do uso e da autoridade (GAMA, 1846, p. 288 *apud* SOUZA, 1999, p. 61).

A contribuição de D. João VI, da corte portuguesa e dos estrangeiros que o seguiram foi, portanto, a ampliação, senão a cria-

[4] "O mais freqüente? Posição semelhante à que externa Pierre Plancher em *O espelho diamantino*. Tratava-se de tentar, em alguma medida, sugerir as deficiências de instrução de um público que "não se tendo podido educar em país estrangeiro achava estabelecimentos de instrução incompletos". Tratava-se, pois, de resolver, na literatura, a falta de uma viagem de formação e as deficiências do ensino no país. Daí o papel de enciclopédia de pequeno porte assumido pela literatura de ficção brasileira nesse período de formação" (SÜSSEKIND, 1990, p. 90).

[5] A idéia de uma literatura que tinha uma tarefa é de Antonio Candido e a de uma dupla influência, cujo resultado foi uma literatura de conhecimento que depois adquiriu senso estético é de Afrânio Coutinho.

ção, de um espaço para as *belas letras*. Mas, que espaço era esse? Que elementos ele incluía? Como ele contribuiu para a formação de um público e, assim, de uma literatura *brasileira*?

A literatura e a educação no Brasil, pelo menos até a primeira metade do século XIX, estiveram relacionadas ao poder da Igreja, à ação do Estado e às posses de seus interessados. A *Companhia de Jesus* foi responsável, até a segunda metade do século XVIII, pela educação daqueles que residiam no país; sua colaboração foi enfática na homogeneização de uma língua falada no Brasil. O Estado contribuiu sustentando parte das atividades da Igreja no país e, após a expulsão dos jesuítas, criando as aulas régias e fomentando a transição de estrangeiros no país. E se, no sentido da formação de uma *intelligentsia brasileira*, esses subsídios foram exíguos, foram praticamente os únicos até meados de 1808.

Em 1760, havia três instituições destinadas ao ensino no Rio de Janeiro: os seminários São José, São Joaquim e da Lapa, que atendiam a um conjunto de 95 seminaristas. Além dessas instituições, havia 12 mestres particulares que atendiam 309 alunos leigos. Alguns professores atendiam ainda em suas casas, a quantidade de alunos desses professores não pode ser calculada por falta de referências aos mesmos. Entre seminaristas e leigos, o Rio de Janeiro possuía 404 dos 700 alunos do Brasil, o que representa mais de 50% do total de alunos matriculados nas aulas régias e instituições religiosas de ensino do Brasil.

Desde a emissão do alvará de 30 de junho de 1759, as aulas régias foram instituídas para substituir o sistema de ensino criado pelos jesuítas, pois a *Companhia* seria expulsa por D. José I, com o alvará de 3 de setembro de 1759. A finalidade dessa expulsão era justificada pela necessidade de libertação do ensino nos domínios portugueses. Tal libertação estava cunhada pelos ideais iluministas que ocupavam os pensamentos dos europeus no século XVIII. Em 1772, eram 479 os mestres régios nos domínios lusitanos, 440 deles em Portugal e 24 nos domínios ultramarinos, dos quais 15 nas ilhas e 7 no Rio de Janeiro. Deste número de 7, 2 destinavam-se ao ensino básico, 2 à gramática latina, 1 ao grego, 1 à retórica e 1 à filosofia. O salário desses professores era de 450 réis anuais, e equivalia a 20 vezes menos que o salário mais alto da capitania, o que fazia desta a última profissão escolhida pelos instruídos da cidade ou a transformava numa atividade

secundária. Além de custear as instalações das aulas, que geralmente eram dadas na própria casa do professor, os mestres régios deveriam arcar com os gastos de sua instrução e com o material a ser utilizado pelos seus alunos. Desse modo, a maioria dos professores régios não tinha na atividade de ensino a sua principal ocupação, deixando muito a desejar no que tange à instrução daqueles poucos que conseguiam suas vagas. E as questões econômicas não se restringiam ao salário do professor. O alvará de 6 de novembro de 1772, determinava que a educação deveria pautar-se pela origem social do aluno. Afinal, aos "braços e mãos do corpo político bastaria que tivessem as instruções dos párocos" (ALVARÁ apud CAVALCANTI, 2004, p. 60).

Com a vinda da corte e a imigração impulsionada por ela, muitos estrangeiros tentaram se estabelecer no Rio de Janeiro dando aulas particulares de suas línguas maternas. A educação do povo carioca deveria incluir, segundo esses estrangeiros que geralmente ofereciam seus serviços em jornais como o do *Jornal do Comércio*, boas maneiras, bordados, contas, estilo e todo tipo de curiosidade de que se sentiam aptos a falar. Essa perspectiva de que o estrangeiro possuía um conhecimento sempre maior e mais confiável do que o autóctone prejudicou, em certa medida, a educação do período, pois, muitas vezes os professores eram desqualificados.

Atentos a essa possível lacuna, em anúncio na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 7 de abril de 1813, exigia-se do mestre a ser contratado: "vastos conhecimentos, retidão de costumes, pureza de religião e avançada idade [...]. Pronúncia da língua que ensina na sua maior pureza e também que saiba a Língua portuguesa, circunstância muito atendível para este fim" (RENAULT, 1969, p. 19) . Entretanto, essas precauções, sejam com os estrangeiros que estavam tentando se estabelecer ou com os cariocas mal qualificados pelo salário oferecido, parecem não ter surtido o efeito desejado, pois, em 4 de setembro de 1825, Frei Miguel do Sacramento Lopes, numa carta ao Governo Pernambucano avaliando o ensino em todo o país, escrevia:

> As aulas de primeiras letras, tão necessárias à Mocidade estão comumente em lamentável atraso. Os professores pela maior parte ignoram os primeiros rudimentos da Gramática da língua; e daqui os rapazes sem a mais leve idéia da construção e regência da oração, e nenhum conhecimento da ortografia, e prosódia da língua; daqui os barbarismos,

> os solecismos, os neologismos, e infinitos erros, a que desde os tenros anos se vai habituando a mocidade (LOPES, 1825 apud SOUZA ARAÚJO, 1999, p. 170).

Em termos de instituição de ensino na capital do Brasil, o estudo já possuía, entre 1808 e 1820, alguns endereços, conforme anotaram Spix e Martius:

> Para a instrução da juventude, dispõe a capital de diversas boas instituições de ensino. Pessoas abastadas tomam professores particulares a fim de prepararem os filhos para a Universidade de Coimbra, o que obriga a grandes sacrifícios visto que são raros os professores competentes. No Seminário de São Joaquim, aprendem-se os rudimentos de Latim e do cantochão. Mas o melhor colégio é o Liceu ou Seminário São José, onde, além do latim, do grego, das línguas francesa e inglesa, retórica, geografia e matemática, também se leciona filosofia e teologia. A maioria dos professores é do clero, o qual, entretanto, exerce atualmente muito menor influência no ensino do povo do que antigamente, sobretudo no tempo dos jesuítas. Uma instituição muito útil aos novos tempos é a Aula de Cirurgia, que foi fundada para se formarem médicos práticos, pessoal de que há absoluta falta de interior. Ao cabo de cinco anos de estudo, podem os jovens diplomar-se aqui, como mestres de cirurgia. Segue-se aí severo programa, e cuida-se da aquisição de conhecimentos positivos na clínica do Real Hospital Militar vizinho (SPIX; MARTIUS, 1967, p. 48).

As condições oferecidas por esses colégios, todavia, eram diferentes. Tais diferenças implicavam na qualidade e na finalidade dos estudos. Luccock ressaltou essas particularidades descrevendo os seminários São José e São Joaquim:

> Dos colégios, o de São José é o mais antigo e o mais afamado. Foi provavelmente fundado logo após a Igreja de São Sebastião, encontrando-se ao pé do morro que trás seu nome, perto da Rua da Ajuda. Na frente há um portão, mais que sólido, degenerando já para o pesado estilo brasileiro. Passando por debaixo desse portão, os visitantes atingem uma área aberta, coberta de grama, em cujo fundo encontram um só lance de edifício com janelas de rótulas pintadas de vermelho. A aparência externa oferecia sinais palpáveis de negligência, e exames ulteriores confir-

> mavam as primeiras impressões. Os quartos eram suficientemente numerosos, mais pareciam incômodos, estando alguns desocupados. Avistamos uns poucos colegiais que se achavam por ali passeando, de beca vermelha; alguns já tonsurados, mas a maior parte ainda muito jovem. Não apresentavam nenhuma elasticidade de espírito, nenhuma curiosidade sagaz (...) Um outro colégio, mais respeitável quanto à aparência e direção que o anterior, encontra-se na estreita e suja rua de São Joaquim, tendo o mesmo nome que ela. Ali os letrados fazem praça de educar os jovens para funções de estado e de lhes ensinar muito especialmente os conhecimentos próprios para este fim. Mas embora o governo empreste seu patrocínio à instituição o número de estudantes é pequeno e, na realidade, a casa não está em condições de os receber em grande quantidade (LUCCOCK, 1970, p.49).

De qualquer maneira, para ele, em 1813, "a educação dada nos colégios visa quase que unicamente o sacerdócio ou os cargos dos leigos nas Igrejas e, embora reduzida a esses objetivos especiais, acha-se em extrema decadência" (LUCCOCK, 1970, p. 86). Opinião compartilhada por muitos que acreditavam, como o conselheiro de Estado Estevão Rezende, que essa "falta de educação" do Brasil impedia o desenvolvimento de uma democracia que incluísse certos pressupostos, como o voto direto:

> Eu sustentarei que a degradação da educação e, por conseguinte do conhecimento em que tem estado o Brasil até hoje me fará sempre propender para votar pelas nomeações indiretas, com um misto e aparência das diretas; visto que estou convencido que as diretas em toda a sua extensão serão nas primeiras épocas do Brasil sempre tumultuosas, ou pelo menos sujeitas a transmitirem-se dos Representantes da Nação a ignorância dos votantes, que mal sabendo avaliar os funestos resultados de sua má escolha, não podem antecipar uma escolha imparcial e que seja profícua ao fim (REZENDE, 1821 apud BANDECCHI, 1976, p. 47).

Até que a fundação dos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda fosse efetivada em 1828/9, D. João VI já havia planejado a instituição de outras faculdades no Brasil. Entre essas iniciativas, destacamos a de José Manuel de Souza França, interessado em fundar uma escola agrícola no país, escola que só seria criada depois de 1830, e a de um

intendente de polícia que atuava na cidade em 1781, que enviou para a rainha D. Maria I a proposta de uma "Casa de Educação" para ambos os sexos, mas que também não se efetivaria até 1823, quando o método *lancasteriano* seria introduzido por meio da Escola do Ensino Mútuo anunciada pelo *Almanaque para o Rio de Janeiro de 1824*:

> Criada por Decreto de 13 de abril de 1823. Admite-se gratuitamente até 270 meninos da idade de 7 anos para cima, fornecendo-lhes papel, penas e mais aprestes para ensino. Diretores: O tenente-coronel José Saturnino da Costa Pereira [...] O Tenente-Coronel João Paulo dos Santos [...] O doutor João da Silveira Caldeira [...]. Professor: Francisco Joaquim Nogueira Neves (*RIHGB*, 1968, v. 278, p. 268).

Segundo o *Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816* (RIHGB, 1965, v. 268, p. 325), também serviam como instituições de ensino a *Academia Real Militar*, criada em dezembro de 1810, a *Academia Real dos Guardas Marinhas*, criada em abril de 1796 e a *Academia Médico-Cirúrgica*. A primeira possuía 25 oficiais, entre deputados, lentes, substitutos, ditos de desenho, secretário, professores, porteiros e dito do gabinete de mineralogia. A segunda possuía 15 funcionários: diretor, lente de matemática e substituto, professor de desenho e substituto, lente do aparelho, oficiais, secretário, porteiro, guardas e varredores. A terceira possuía um diretor, um professor para cada um dos cinco anos – dois para o terceiro -, um secretário, um porteiro da aula de anatomia e o professor de botânica, Frei Leandro do Sacramento. Os professores régios de gramática latina eram: Luís Antonio de Souza, Manoel Marques e Luiz Gonçalves; seus substitutos eram: João Batista, João Alves e Domingos Lopes Guimarães. João Marques Pinto ensinava a língua grega; João José Vaía, retórica, na rua dos Latoeiros; Januário da Cunha Barbosa, filosofia, na rua dos Quartéis; e, por fim, Manoel Dias de Oliveira ensinava desenho e figura, na rua do Rosário. Entre 1808 e 1824, esses cargos tiveram diferentes funcionários.

O ensino era acompanhado por apostilas ou compêndios escritos pelos próprios professores, à moda de tratados. Até a permissão de tipografias, em 1808, importavam-se esses compêndios, ou mesmo copiava à mão cada um deles, que não eram muitos nem muito extensos, dependendo dos honorários do estudante para o pagamento de diferentes professores. Esses compêndios eram Resumos ou livre interpretações daquilo que os professores consideravam como conhe-

cimento necessário ao aluno. A originalidade, portanto, não era essencial. Bastava que eles conseguissem aglutinar as partes mais importantes do pensamento europeu até o momento, conforme explicou Fernandes Pinheiro em 1823:

> A gente instruída conhecerá bem os autores que temos seguido sobre cada matéria, e dos quais temos freqüentemente fundido nesta obra, não somente idéias, mas as mesmas expressões. A *mania* de querer dizer melhor que os outros não é demasiadas vezes que o modo de exprimir-se mal, e de falta, sobre tudo, em matéria de ciência, ao fim que se deve tender. Como nós não escrevemos que para ser útil, pouco nos importa que se diga que uma definição, que uma regra, que um exemplo, que uma passagem, &c. são tiradas de tal ou tal autor. O essencial é que eles sejam bons, claros, e trazidos ao propósito (FERNANDES PINHEIRO, 1823, p. VII, apud SOUZA, 1999, p. 40).

Quando nem os compêndios, nem a Igreja, nem o Estado saciavam a avidez por saber dos brasileiros, a iniciativa pessoal, munida de recursos, levava nossos estudantes para o estrangeiro. Ao habitante do Brasil seria necessário mudar-se para o velho mundo a fim de adquirir maiores conhecimentos além das primeiras letras[6] , cálculos e do curso de retórica – pré-requisito ao ingresso na *Universidade de Coimbra*. Até o século XVIII, cerca de 1.875 estudantes brasileiros haviam se formado na *Universidade de Coimbra*. Entre 1810 e 1820, o governo financiou um intercâmbio cultural representado, sobretudo, pela missão francesa no Brasil. Essa missão consistiu na vinda de uma série de artistas – pintores, desenhistas e arquitetos – franceses para o Brasil, chefiados por Lebreton. Esses profissionais deveriam participar da fundação de um curso superior de Artes. O curso foi criado por Porto Alegre, discípulo de Debret, após a partida da missão, mas a presença desses artistas no Brasil contribuiu, e muito, para a renovação da idéia de arte e de conhecimento no país. Complementarmente, o jornal *Le Courrier Français* noticiou haver, em meados de 1827, cerca de 30 es-

[6] "Observava (Suzannet), por exemplo, que, entre os poucos brasileiros que freqüentavam os colégios, a maior parte não ia além do curso primário; que, segundo os dados, que colhera, numa população de *400 mil almas* apenas pouco mais de mil freqüentavam essas escolas na corte; ou, passando pela Bahia, que a Escola de Medicina de Salvador estava em estado *deplorável*" (SÜSSEKIND, 1990, p. 86).

tudantes brasileiros na Europa, custeados pelo governo brasileiro.[7] Não raro, o governo concedeu verbas e dispensas do serviço do Paço para que brasileiros estudassem na Europa. Segundo o referido almanaque, Francisco Gomes de Campos, oficial de registro do Registro Geral das Mercês, era um deles que, com licença desde 1809, estava freqüentando a *Universidade de Coimbra* para *melhor servir à pátria*.

Caso o estudante não tivesse conseguido nem ir para o exterior, nem estudar nas instituições locais, nem freqüentar as aulas régias, então ele deveria recorrer à literatura disponível no país. A *Biblioteca Nacional* e o *Museu Nacional* faziam parte do espaço criado por D. João VI para as *belas letras* no Brasil, assim como a *Escola Real de Comércio, Artes, Ciências e Ofícios*, estabelecida em meados de 1816. Segundo observou John Luccock:

> Como instituições científicas, possui o Rio uma biblioteca e um museu. A primeira está instalada no Largo do Paço em edifício adaptado para o fim, de 3 andares, e contém cerca de 60.000 volumes, na maior parte antigos. Seu diretor foi amabilíssimo, prontificando-se a mostrar-me tudo. No primeiro andar está a grande sala de leituras, franqueada ao público pela manhã; lá encontrei meia dúzia de leitores. Para o museu, fez o último Rei construir belo edifício próprio na Praça da Aclamação, o qual guarda, numa série de salas e peças menores, notáveis coleções de história natural (LUCCOCK, 1970, p. 106).

O acervo da *Biblioteca Real*, criada em 27 de junho de 1810, tinha cotribuições da biblioteca do Conde da Barca, da livraria organizada por D. José I – a *Real Biblioteca da Ajuda*, e da rica coleção do abade Santo Adrião de Sever, que a doara, em 1773, a D. José I. Essa biblioteca tornou-se *Biblioteca Nacional* em 1815. O acesso era livre e gratuito e, segundo Ferdinand Denis, havia em seu interior pinturas que imitavam aquelas feitas no *Vaticano*. Para incentivar a visitação à Biblioteca foram dispostos papel e tinta para a escrita, gratuitamente. John Luccock, porém, notou a pouca freqüência que a sala de leitura desta instituição possuía, pelo menos até o momento em que alguns jornais estrangeiros começaram a serem colocados à disposição do

[7] Entre eles estavam Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Salles Torres Homem, que seriam responsáveis, em 1836 pela *Revista Niterói*, um dos trabalhos que marcou mais acentuadamente a idéia de pátria desenvolvida pelas *belas letras* oitocentistas (PRADO, 1999).

público. Denis observou que *pessoas de todas as classes e cores* visitavam a Biblioteca a fim de correr os olhos pelas notícias e anúncios dos periódicos. Sobre o acervo desta biblioteca o viajante comentou:

> Embora se componha, em geral, de livros modernos, pertencentes sobretudo à literatura francesa; a biblioteca do Rio de Janeiro é desprovida de curiosidades bibliográficas; destaque-se uma grande coleção de Bíblias, entre as quais convém distinguir um belo exemplar da Bíblia da Mongúcia, impressa em 1462, e que faria inveja às mais ricas bibliotecas das capitais da Europa. Entre os manuscritos, distingue-se uma obra magnificamente executada, que trata, como o seu título indica, da Flora do Rio de Janeiro (DENIS, 1980, p. 130).

O *Museu Nacional*, na avaliação de Denis, era pobre na quantidade de objetos à mostra, mas algumas caixas de ofício (caixas com mini-maquetes de processos de manufatura) causavam muita curiosidade nos habitantes do Brasil. Ainda segundo esse viajante, cada uma destas instituições, em 1823, tinha um custo mensal para governo de 4:485$000 e 4:512$000 réis, respectivamente.

Havia outra biblioteca no Rio de Janeiro, a biblioteca do *Convento São Bento*, que possuía um acervo bem menor e também menos diversificado; na porta que lhe dava acesso, segundo John Luccock, vinha escrito "A sabedoria construiu uma casa para si". Entretanto, esta biblioteca não tinha o acesso livre e nem tampouco os atrativos daquela que descrevemos acima, tais como: jornais, papéis e tinta. A biblioteca servia muito especificamente aos religiosos e, por vezes, àquelas pessoas consideradas importantes, afinal, nem todos tinham acesso a todos os livros desejados, pois, como ressaltou o censor régio[8] Francisco de Borja Garção Stockler, pensava-se que:

[8] "Dos treze (censores da Mesa do Desembrago) nomeados entre 1808 e 1819, sete exerciam o sacerdócio, cinco dos quais regulares. Dois acabaram nomeados bispos: frei Antonio d'Arrábida, preceptor dos príncipes d. Pedro e d. Miguel, confessor do primeiro e futuro reitor do Imperial Colégio de Pedro II; e frei Antonio de Santa Úrsula Rodoalho, pregador régio da Capela Real e Ministro Provincial do Convento da Corte, mas que, indicado para bispo de Angola, renunciou antes de sua sagração. Outros dois foram abades, um da Ordem de São Bento e outro de São Bernardo. O último regular, Frei Inocêncio Antonio das Neves Portugal, foi lente das Faculdades de Teologia de Coimbra e confessor régio. Entre os dois seculares, destaca-se João Manzoni, padre mestre e confessor da Infanta D. Mariana. Em relação aos censores leigos, todos tinham sido formados pela Universidade de Coimbra e exerceram fun-

> as nações são como indivíduos, têm sua infância, sua puerícia, sua adolescência, sua idade madura, sua velhice... e desgraçadamente também sua morte [...] *portanto* se os alimentos não podiam ser consumidos indistintamente por todas as idades [...] também as mesmas leituras e os mesmos meios de instrução não se acomodam perfeitamente a todos os estados e circunstâncias das Nações (STOCKLER apud ALGRANTI, 1999, p. 647).

O cuidado com o teor das obras lidas levou as autoridades lusitanas a restringir, em meados de 1810, os livros que chegariam ao Brasil. A esse propósito, o mesmo censor explicou:

> Ora, os livros são prejudiciais porque atacam a religião, ou porque ofendem a moral, ou porque contradizem os princípios políticos e a legislação civil do Estado, ou finalmente porque, confundindo os primeiros princípios da razão, com sutilezas e paradoxos, evitam aos leitores os progressos do entendimento no sentido das ciências úteis (STOCKLER apud ALGRANTI, 1999, p. 646).

No entanto, a própria falta de interesse dos habitantes do Brasil parecia impedir a circulação de algumas obras. O que pode ser constatado por meio da carta de Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, enviada à D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 1801, na qual se lia:

> Ano de 1801, no. 19. Sobre a recepção de livros de artes e ciências. Ilmo e Exmo. SNR. – Acompanhada do Aviso no. 26 de 22 de 8bro. De 1800, recebo a relação dos impressos que em um caixote me foram entregues com a importância de 165$120 rs com ordem de a fazer vender pelos preços indicados na mesma relação, e de remeter o seu produto ao Oficial Maior da Secretaria, na forma do costume.
> Eu já ponderei a V. Exa. Nos ofícios no. 13 e 15 a pouca extração que atualmente tem nesta Capitania os ditos Im-

ções administrativas , judiciais ou militares; um era tenente geral dos Reais Exércitos; dois, médicos, um dos quais acabou em 1820 lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, desembargador do Paço, autor de inúmeras obras ligadas à situação política do Brasil, às vésperas da Independência, e Mariano José Pereira da Fonseca, enobrecido em 1825, apesar de ter sido preso por estar implicado na suposta Conjuração Carioca de 1794. Outros dois também receberam título de nobreza e todos foram agraciados com honras e grandezas, como as mercês das ordens militares. Do conjunto, três censores foram sócios da Academia real de ciências de Lisboa, e um do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deixando mais de dois terços deles escritos no mundo das letras"(NEVES, 1999, p. 674).

> pressos pelo nenhum gosto que há de se aplicarem ao Estudo das Artes e Ciências, de tal maneira que com muita dificuldade se pode conseguir que os Estudantes que se destinam à vida eclesiástica freqüentem os Estudos de Filosofia e Retórica.
> Ora, se estes Estudos tão essencialmente necessários a que se destina o semelhante estado não demovem aos candidatos a adquiri-los, que se poderá conjeturar a respeito da Lição de Livros que bem que interessantes, entram, contudo na classe dos úteis e curiosos, que só tem lugar na Ordem dos conhecimentos depois dos necessários. [...] Nestes termos represento a V. Exa. Se digne não enviar para esta Capitania mais remessa de Livros [...] que tenho todos expressado e na que tenho de dirigir a Real Presença, mandando uma relação dos que necessariamente se devem enviar para esta Capitania, ou sejam compostos de novo, ou feitos vulgares pelas Traduções, ou pelas re-impressões; comprometendo-me contudo a ver se posso dar saída aos que se acham por aqueles meios que me parecem mais próprios e mais adequados a excitar a curiosidade dos compradores, e tendo-o assim praticado, imediatamente mandarei entregar ao mencionado Oficial Maior da Secretaria de Estado a soma total do seu produto, na forma que V. Exa. Me recomenda. D.s.g.e. a V. Exa. S. m. Paulo 22 de Janeiro de 1801 – Ilmo e Ex.mo Snr' D. Rodrigo de Souza Coutinho – Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (apud SOUZA ARAÚJO, 1999, p. 151).

Não obstante, os livros melhor digeridos e mais comprados pela população local ou eram traduções, feitas à guisa de Resumos, ou eram obras clássicas, que tampouco garantiam a sua leitura no país.

Com a vinda da corte para o Brasil e a revogação do alvará de 1785, que proibia a confecção de manufaturas no país, a impressão foi permitida e impulsionada pelo fim da censura prévia em 1821, o que incentivou a leitura no país. Conhecida como *Junta da Impressão Régia*, e da *Fábrica das Cartas de Jogar* e depois como *Impressão Nacional*, uma tipografia destinada à impressão de papéis oficiais foi criada logo em maio de 1808. A partir de então, o país passou a ter também produções de gráficas locais, o que barateou o seu custo de circulação[9] .

[9] Embora o trabalho de Hallewell (1985) ateste que Garnier enviava seus livros para serem editados em Paris porque o custo desta impressão ficava mais barato, pequenos folhetos de material muitas vezes "repreensível" aos olhos do governo tinham um custo menor se fossem impressos em terras brasileiras.

Para a leitura, havia, nos idos de 1820, além de alguns títulos como: *Assunção*, de Frei São Carlos (1819), *Salmos de Davi* (1820), *Poesias*, de José da Natividade Saldanha (1822), *Poesias Avulsas de Américo Elísio*, de José Bonifácio de Andrada e Silva (1825), *Poesias Oferecidas às Senhoras brasileiras por um bahian*o, de Domingos Borges de Barros (1825), entre outros[10] ; folhas volantes com notícias avulsas, algumas delas suspensas em 15 de janeiro de 1822, quando se proibiu a publicação de textos anônimos[11] .

Havia também os jornais: *A Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822), *A idade do ouro no Brasil* (1811- 1823), *As variedades* ou *Ensaios de literatura* – nossa primeira revista literária (ARAÚJO: 1999), com apenas dois números (1812), *O Patriota* (1813- 1814), *Correio Braziliense* (1808 – 1822), *Aurora Pernambucana* (1821), *O Paraense* (1822), *O conciliador do Maranhão* (1821 – 1823), *Conciliador do Reino Unido* (1821), *O Seminário Cívico* (1821 – 1823), *Diário Constitucional Fluminense* (1821 – 1822), *Despertador Fluminense* (1821), *O Marimbondo* (1822), *O Correio do Rio de Janeiro* (1822 – 1823), *O Tamoio* (1823), *A sentinela da liberdade na guarita de Pernambuc*o (1823 – 1824), *Typhis Pernambuco* (1823- 1824), *Diário de Pernambuco* (1825) e *Aurora Fluminense* (1827 – 1835). E ainda, *o Despertador Brasiliense*, de Francisco de França Miranda; o *Bem da Ordem*, de Francisco Vieira Goulart; o *Revérbero Constitucional*, de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa; a *Sabatina Familiar*, de José da Silva Lisboa; *A Malagueta*, de Luís Augusto May; *O amigo do rei e da nação*, de Custódio Saraiva de C. e Silva; o *Diário do Rio de Janeiro*, de Zeferino Vito de Meirelles; o *Regulador Brasílico-Luso*, de Antonio José da Silva Loureiro; o *Compilador Constitucional*, de José Joaquim G. do Nascimento e João Batista Queiroz; *O papagaio*, de José Moutinho Lima A. e Silva ; e, por fim, *O macaco brasileiro*, de Manuel Inácio Ramos Zuzarte.

[10] Neves dispõe, no Quadro intitulado Obras impressas no Rio de Janeiro: 1808 – 1822, as quantidades: jurisprudência,50; ciências e artes, 127; belas letras, 397; história, 206; teologia, 35; periódicos, 38; documentos oficiais, 347. O total era de 1.200 obras. (NEVES, 2003, p. 35).

[11] Gladys Ribeiro (2002) informou que estes folhetos eram responsáveis por uma disputa entre portugueses e brasileiros. A depreciação dos brasileiros, por meio das ofensas de que o Brasil era uma "Terra de macacos, pretos e serpentes" e, em contrapartida, de que Portugal era "uma terra de lobos, galegos e raposas" começou com o decreto de 28 de agosto de 1821, que abolia a censura prévia e cessou com o de 15 de janeiro de 1822.

O jornal de maior circulação entre os cariocas, segundo Thomas Ewbank[12] , era o *Jornal do Comércio*. Sua periodicidade era diária, salvo os dias santos. O tamanho de suas folhas era de 73 x 55 cm e, no momento de sua chegada, em 1845, Ewbank constatou que o jornal citado já circulava há 21 anos. O custo de sua assinatura anual era de 20 mil réis na cidade e 24 mil no campo. Dada sua circulação, possuía um número maior de anúncios de toda qualidade. Embora Thomas Ewbank tenha notado o pouco interesse do brasileiro pela leitura, Ferdinand Denis documentou sua surpresa quanto ao crescimento da imprensa no Brasil entre 1808 e 1823, sobretudo, no Rio de Janeiro. Para ele, "é quase impossível acreditar que há vinte anos somente, nenhum jornal existia em uma nação em que mais de trinta periódicos hoje circulam livremente e são lidos em uma só cidade" (DENIS, 1980, p. 113).

Estes, porém, não eram os únicos títulos a circularem no Rio de Janeiro do primeiro quartel oitocentista. Pelas mãos dos cariocas do período joanino também passavam alguns jornais britânicos, franceses e alemães. Seu acesso, entretanto, era menos corrente; dependia de uma encomenda ou de uma sala de leitura, como a sala Bernie, na rua Direita. A maioria dos assinantes desta sala, segundo a informação de Ernest Ebel, era de ingleses e ali podiam ser encontrados *quase todos os diários ingleses e um par de franceses,* além do *Correspondent*, *de Hamburgo*.

As principais livrarias ou editoras[13] eram: a loja do *Diário*, na rua da Quitanda; a da tipografia dos *Anais Fluminenses*, na Praça

[12] Thomas Ewbank deixou Nova Iorque em destino ao Brasil em 02 de dezembro de 1845 e, para ele, o mais importante detalhe da vida pública e privada que aí temos foi assim anotado: "No Brasil, por toda parte encontra-se a religião ou o que receba tal nome" (EWBANK, 1976, p. 18).

[13] "No entanto, o mais afortunado dos editores brasileiros no primeiro quartel do século XIX, aquele que combina os ofícios de impresso, livreiro e divulgador do livro, é mesmo Manuel Antonio da Silva Serva, português de Vila Real de Trás-os-Montes, instalado na Bahia desde 1797, vendendo móveis e posteriormente livros importados da Europa. Em 1809, Silva Serva consegue licença para trazer uma impressora de Londres, graças aos esforços do Conde dos Arcos. Começa a editar em 1811, com o Plano para o estabelecimento de uma biblioteca pública na cidade de S. Salvador, em 4p., mais um prospecto para jornal e uma Oração gratulatória do Príncipe Regente, por Inácio José de Macedo, em 11 páginas. Daí Silva serva salta para o jornalismo periódico com *A Idade d'Ouro do Brasil* e *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, desenvolvendo, em termos particulares, a mais produtiva trincheira de popularização da leitura no Brasil Oitocentista" (SOUZA ARAÚJO, 1999, p. 194).

da Constituição e a da *Imprensa Nacional*, no acesso ao Passeio Público. Identificadas com seus donos, havia: a loja de Paulo Martim, que ficava na rua da Quitanda; a de Francisco Saturnino Veiga, na rua da Alfândega; a de Manuel Joaquim da Silva Porto, na rua da Quitanda; a de Antonio José da Silva, na rua Direita; a de Jerônimo G. Guimarães, na rua do Sabão; a de Francisco Nicolau Mantillo, na rua da Quitanda; a de João Batista dos Santos, na rua da Cadeia; a de Joaquim Antonio de Oliveira, na rua da Quitanda e a de Antonio Joaquim da Silva Garcez, na rua dos Pescadores. Outros estabelecimentos aproveitavam o espaço existente para oferecer as publicações do dia, como Costa Guimarães, na loja de papel de Campos Bello e Porto, J. Lopes Coelho Coutinho, José Domingues Bastos, Anoel Alves do Santos e Companhia, Manuel Luís de Castro, Manoel Rodrigues Chaves, Cipriano José de Carvalho, a loja de ferragens de José Bernardo de Sá, a botica de David Pamplona e o Armazém Francês. O *Hospício de Nossa Senhora do Patrocínio* oferecia, na rua das Marrecas, literatura religiosa (NEVES: 2003). Esses espaços serviam, além de pontos de venda de livros e periódicos, como lugares de encontro da população e de certa troca de idéias.

O perfil dos leitores deste primeiro quartel do século XIX era de negociantes, boticários, cirurgiões, padres, médicos e bacharéis. Os livros à que estes leitores tinham acesso possuíam, em sua maioria, dois formatos: in-oitavo, com 16,5 x 10,5 cm; e o mais vendido, longo in-doze, com 17,5 x 11,0 cm. As edições continham um número máximo de 500 exemplares de cada título. Uma tiragem maior representava o risco de uma mercadoria encalhada, pois, mesmo após a reinvenção promovida no cotidiano do Rio de Janeiro com a chegada da Corte, a literatura ainda não possuía um público substancial na cidade.

A formação de um público para a incipiente literatura produzida no Rio de Janeiro do primeiro quartel do século XIX dependia da educação e dos costumes locais. A dificuldade de acesso à leitura, decorrente da ausência de espaços e meios pelos quais o conhecimento pudesse ser disseminado em vias impressas, resultou na completa falta do hábito da leitura. Embora o Rio de Janeiro apresentasse condições de acesso ao saber muito melhor do que em outras Províncias e a transferência da corte tenha significado uma reinvenção de seu cotidiano, propiciando mais acesso à informação, a maior parte de sua população ainda era de poucos estudos, senão de analfabetos. Destarte, a

população teve de se "acostumar" com os espaços de cultura criados por D. João VI. Como não havia outra opção a igreja, antigo espaço de predileção da população local, serviu como o lugar de contato com a corte. Tal contato serviu para despertar no *brasileiro* um sentimento de distinção em relação ao estrangeiro, que propiciou um primeiro passo rumo à identificação do que era ser *brasileiro*. Ora, o único lugar que era "publicamente" freqüentado por grande parte da população do Rio de Janeiro desde antes de 1808 era a igreja, o que levou Ferdinand Denis a comentar:

> São sete horas, entrai em qualquer igreja, na dos Terceiros, por exemplo, que é situada perto do palácio; vede o povo apinhar-se, a escuridão é quase completa, não distingue o coro, que largos panos ocultam. De repente, o sacerdote sobe ao púlpito e, depois de alguns instantes de recolhimento, começa seu sermão da paixão. Já se disse que **o povo brasileiro era um povo de oradores**, e, com justiça, se lhe podem aplicar estas belas palavras de um dos nossos maiores escritores, que disse que a **eloqüência não está somente em quem fala, mas também em quem ouve**. Quaisquer que sejam as disposições com que no templo se entre, impossível é não sentir emoção a cada uma dessas palavras, que disputam na alma a lembrança de um sacrifício, e que convidam ao arrependimento, mas, quando, depois de haver feito a enumeração das dores de Cristo e suas ignomínias, o sacerdote de repente exclama: *Eis aqui o vosso Senhor, que haveis matado* – deixando cair a grande cortina, em que Jesus aparece deitado no túmulo rodeado de seus discípulos, e guardado pelo soldado romano, é impossível não se sentir emocionado pelo frêmito religioso que percorre a assembléia e somente então se compreende o que deviam ser esses grandes dramas religiosos da Idade Média, que se dirigiam a povos crentes, e que consagravam de qualquer modo o dia em que eram executados (DENIS, 1980, p.145, grifos em negrito nosso).

Esse "povo de oradores" tinha na figura do sermonista um modelo a ser seguido e um tema a ser debatido, pois sua presença e sua fala serviam como mote para as primeiras discussões acerca dos acontecimentos que afligiam a população. Nesse sentido, o pregador falava e ouvia as preocupações da população que habitava o Rio de Janeiro no primeiro quartel do oitocentos. A sermonística foi, portanto, um ramo das *Belas Letras* no Brasil oitocentista que contribuiu para a

invenção da *identidade nacional* porque propiciou, entre outras coisas: a criação de uma vida social, a uniformização da linguagem, e a afirmação de um público acostumado a ouvir escritos mais elaborados. Para mais, um modelo de postura intelectual e um tema, a pátria, para as discussões locais. Em síntese, "a inteligência local deve à atividade dos púlpitos nada menos que a demarcação inicial do lugar que a literatura e o literato ocupariam no meio social carioca do oitocentos" (FRANÇA, 1999, p. 110). Destarte, a figura do sermonista, estaria abrindo precedência para uma atividade que ainda não existia de forma sistemática no Brasil: o pensamento acerca do próprio Brasil. A sermonística criou a opinião pública com que dialogariam os literatos.

Referências Bibliográficas

ALMANAQUE DO RIO DE JANEIRO PARA O ANO DE 1816. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, v. 268, jul/set 1965.

ALMANAQUE DO RIO DE JANEIRO PARA O ANO DE 1824. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, v. 278., jan/mar 1968.

BURMEISTER, Herman. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Manuel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt, Not. Augusto Meyer. São Paulo: Martins, 197-?.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sergio Miliet, notas Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1975. v. I e II. Tomo I.

DENIS, Ferdinand. *Brasil.* Pref. Mário Guimarães Ferri. Trad. João Etienne Filho e Matta Lima. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980.

EBEL, Ernest. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil ou diário de uma visita à terra do cacaueiro e da palmeira.* São Paulo: Itatiaia, 1976.

FEUCHTERSLEBEN, Barão de. *Hygiene da alma*. Versão portugue-

sa de Ramalho Ortigão. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1888.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. O púlpito no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 92, v. 146, Imprensa Nacional, 1926.

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *Lições de eloqüência nacional*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de F. Paula de Brito, 1846.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e diamante, durante os anos de 1836-1841. São Paulo: Itatiaia, 1975.

IHGB. Mapa da população da corte e províncias do Rio de Janeiro em 1821. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 33, parte 1.

LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Brasiliana.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tomadas durante uma estada de 10 anos nesse país (de 1808 a 1818). Trad. Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Martins, 1970.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Pref. Mário G. Ferri. Trad. e Not. Clado Ribeiro Lessa e Selena B. Viana. São Paulo: Itatiaia; EdUSP, 1978.

MENDES de ALMEIDA, Candido. *Atlas do Império do Brasil*. (Notícia literária por F.I.M. Homem de Mello). Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1869.

PEREIRA DA SILVA, J. M. *História da fundação do império brasileiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1877. Tomo II.

PIZARRO, Monsenhor. Extrato de Memórias sobre o Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo VI, v. 5, n. 18, Imprensa Nacional, jul/ 1843.

RIO BRANCO, Barão do. *História do Brazil*: esboço escripto para Lê Brésil em 1889. São Paulo: Livraria Teixeira & Irmão, 1894.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Tradução Sergio Milliet. 2 ed. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província gerais do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução e Notas Clado Ribeiro de Lessa. Série 5, v. 126, tomo 1. São Paulo: Brasiliana, 1938.

SILVA, J.M. Pereira. Biografia dos Brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. Frei Francisco São Carlos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo X, 2ª ed., Garnier, 1870.

SPIX, J. B. von. MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem pelo Brasil (1817 – 1820)*. Tradução Lúcia Lahmeyer, revisão Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário*: história da literatura brasileira. Prefácio e tradução Jamil Almansul Haddad Sirú. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. v. 278.

Artigos, livros, dissertações e teses de apoio

ABREU, Márcia (Org). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: FAPESP/ EdUSP, 1999.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Bahia: UESC, 1999.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império*: o Rio de Janeiro no século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1969.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CARVALHO, J.M. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.1, v. 1, Ed. Letras, set/2000.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: GB, 1975.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: Casa da Moeda/ Imprensa Nacional, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*: formação da família brasileira

sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: Queiroz, 1985.

LEITE, Miriam L. Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira (1794 – 1855)*. São Paulo: Cultrix, 1977.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. Censura, circulação de idéias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824. *Revista Portuguesa de História*, Lisboa, tomo XXXIII, 1999.

PARANHOS, Haroldo. *História do romantismo no Brasil (1830-1850)*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1937.

RENAULT, Delso. *O Rio Antigo nos anúncios de jornais*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822*): com um breve estudo sobre a informação. São Paulo: Imesp, 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808 – 1821)*. São Paulo: Brasiliana, 1978.

_____. (Org.) *Vida privada e quotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da eloqüência*: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EDUERJ/ EdUFF, 1999.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VERISSIMO, José. *História da literatura brasileira*: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. *A literatura rarefeita*: livro e literatura no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Artigo recebido em julho 2007 e aceito para publciação em agosto 2007.